

Uma Investigação via Experimento sobre a Vaguidade no Lado Esquerdo do Balanço Patrimonial

Ricardo Lopes Cardoso[†]
Fundação Getúlio Vargas

André Carlos Busanelli de Aquino^Ω
Universidade de São Paulo / FEA-RP

RESUMO: O presente experimento investiga a vaguidade na classificação de itens do Ativo, como imobilizado, ativos intangíveis e estoque. A vaguidade semântica entre esses itens ainda é acrescida de vaguidade epistêmica na escala de liquidez adotada na taxonomia contábil do ativo. A classificação dicotômica tradicional entre ativo circulante e não-circulante vem sendo usada como uma camisa de força, segundo a qual o estoque é ativo circulante, e imobilizado e intangível são não-circulantes. Enquanto essa vaguidade é ignorada, itens que recaem na área cinzenta da classificação são varridos para baixo do tapete, isto é, arbitrariamente classificados de uma forma ou de outra, conseqüentemente, a assimetria informacional persiste e é negligenciada por auditores e reguladores. A literatura sugere que o acréscimo de informação sobre os eventos econômicos subjacentes reduz tal vaguidade. Usando a abordagem configuracional, identificamos cinco arranjos típicos, quanto à intensidade de transferência dos direitos de propriedade, o que foi fornecido como informação adicional no experimento realizado entre sujeitos (93 alunos de MBA matriculados em cursos de Contabilidade). Os resultados sugerem que a vaguidade é percebida por usuários das informações contábeis.

Palavras-chave: balanço patrimonial, IFRS, vaguidade, experimento.

Recebido em 23/12/2008; revisado em 28/06/2009; aceito em 29/08/2009.

Correspondência com autores*:

[†] Professor Adjunto da Fundação Getúlio Vargas e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Endereço: Praia de Botafogo, no. 190, sala 501, Rio de Janeiro/RJ –
Brasil - CEP 22250090
e-mail: ricardo.lopes.cardoso@fgv.br
Telefone: (21) 37995781

^Ω Professor Doutor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo
Endereço: Av. Bandeirantes, 3900, Monte Alegre, Ribeirão Preto/SP –
Brasil - CEP 14040-900
e-mail: aaquino@usp.br
Telefone: (16) 36023899

Nota do Editor: Este artigo foi aceito por Antonio Lopo Martinez.

1. INTRODUÇÃO

Acadêmicos e reguladores da contabilidade têm despendido significativos esforços no aprimoramento da avaliação de ativos, especialmente na contabilidade pelo valor justo (*Fair Value Accounting*) (SUNDER, 2008), e recentemente, têm se preocupado com a divulgação justa (*Fair Disclosure*). Os avanços em relação à adoção do valor justo, especialmente com o uso crescente em todo o mundo dos Padrões Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), aproxima o conteúdo das informações contábeis sobre os ativos e passivos ao seu valor econômico. Além disso, as exigências dos órgãos reguladores, sobre a divulgação (*fair disclosure*), principalmente da *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC), reduziram a assimetria informacional entre investidores e atenuou o poder daqueles que dispõem de informação privilegiada.

A real habilidade dos ativos para gerar benefícios econômicos (entradas de caixa em potencial) ao longo do tempo é apenas parcialmente divulgada por estas duas iniciativas (contabilidade pelo valor justo e divulgação justa). Devido ao fato de que o Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis do CPC (que corresponde à tradução do *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements* do IASB, daqui em diante chamado de Estrutura Conceitual ou *Framework*) e os padrões contábeis são baseados em princípios (ou regras)¹, a imprecisão lingüística e a incerteza com relação aos fatos podem criar algumas áreas cinzentas, nas quais o raciocínio lógico de classificação deve ser substituído pelo raciocínio analógico (PENNO, 2008). A imprecisão lingüística e as incertezas com relação aos fatos são chamadas de vaguidade e ambigüidade². As práticas contábeis generalizadamente aceitas são fracamente correlacionadas com a probabilidade de os ativos gerarem fluxos de caixa. Esta fraca sensibilidade, especialmente na área cinzenta entre estoques, imobilizado, e ativos intangíveis, ocorre em função de algum tipo de vaguidade presente nos conceitos apresentados nas normas atuais. A relevância do estudo de vaguidade em contabilidade é reconhecida por Zebda (1991), que diz que sua negligência restringe a aplicabilidade e limita a utilidade das informações contábeis.

A ignorância da vaguidade no lado esquerdo do balanço patrimonial conduz a uma classificação arbitrária, que pode induzir a geração de informação potencialmente não representativa da realidade pela parte que busca alcançar uma condição vantajosa em contratos: o direito de receber bônus (parte do pacote de remuneração), ficar dentro dos parâmetros estabelecidos pelo poder público (concessão de serviço público) ou pelo financiador (cláusula restritiva – *covenant*) em um contrato de empréstimo, ou obter ágio (*goodwill*) em uma combinação de negócios. Na perspectiva da relação de agência, o agente (mais informado) pode deturpar o conteúdo das informações contábeis ao classificar erroneamente os ativos e/ou passivos, a fim de aumentar a probabilidade de captar uma parte da quase renda do principal. Este movimento foi observado na literatura acadêmica sobre

¹ Para efeitos deste artigo, assim como Penno (2008), não consideramos relevante distinguir regras de princípios na regulamentação da contabilidade.

² Embora ambigüidade e vaguidade sejam tecnicamente diferentes, nós usamos esses termos de maneira intercambiável. Segundo Zebda (1991, p.117-8): "Aleatoriedade lida com a incerteza probabilística quanto à ocorrência ou não ocorrência de um evento. Ambigüidade e vaguidade, por outro lado, têm a ver com imprecisão e inexatidão de eventos, estímulos, palavras, conceitos e decisões [...] A ambigüidade existe quando uma palavra ou conceito tem múltiplos significados e é usado para descrever subconceitos distinguíveis, enquanto vaguidade existe quando a palavra ou o conceito carece de forma e fronteiras precisas".

manipulação da informação contábil (CHOUDHRY; FABOZZI, 2003). Uma vez que as partes externas à empresa demandam informações contábeis, a escolha de apresentar (classificar e divulgar) os itens como estoque, imobilizado ou ativos intangíveis, afeta a percepção das partes interessadas em relação ao valor da entidade, seu desempenho, liquidez e solvência³. Estas opções também afetam o conteúdo dos indicadores de desempenho gerencial e a conseqüente tomada de decisão no processo de planejamento, de longo ou curto prazo, e outros indicadores de desempenho aplicados em diversos contratos de empresas com fornecedores, credores, acionistas, funcionários e algumas agências governamentais. Assim, indicadores financeiros podem ser deturpados na presença de vaguidade, reduzindo a qualidade dos relatórios contábeis⁴.

A classificação do balanço patrimonial, valor justo (*fair value*) e divulgação justa (*fair disclosure*), ajudam a prever o fluxo de caixa futuro descontado, que é de interesse dos investidores na avaliação de ativos e identificação de risco de insolvência (BARTH, 2008). Mas as dificuldades criadas pela vaguidade restringem o sucesso dos esforços de evidenciação dos ativos na área cinzenta em relação à liquidez desses itens, reduzindo a confiabilidade e a correta representação justa⁵ da substância econômica das transações efetuadas no mundo real (BARTH, 2008). A vaguidade também pode reduzir os níveis de confiabilidade, relevância e consistência (PENNO, 2008).

Considerando algumas questões de pesquisa sugeridas por Barth (2008, 1171) sobre relatórios financeiros de ativos circulantes e não circulantes, neste artigo, partindo do típico “paradoxo do monte” (no inglês “*Sōritēs Paradox*”⁶), é identificado um “Paradoxo da Liquidez” e outras fontes de vaguidade, a fim de discutir a escala que discriminaria os itens no lado esquerdo do balanço patrimonial entre estoque, imobilizado, e ativos intangíveis. Através de uma abordagem configuracional⁷ (DOTY; GLICK, 1994; MEYER ET AL., 1993;

³ Segundo o IASB (2001, parágrafo 16), “liquidez refere-se à disponibilidade de dinheiro no futuro próximo após levar em conta os compromissos financeiros durante esse período. Solvência refere-se à disponibilidade de dinheiro a longo prazo para cumprir os compromissos financeiros à medida que forem vencendo”. Mas iremos usar o termo solvência para nos referirmos tanto à liquidez da empresa quanto à solvência da mesma.

⁴ Oportunismo, como discutido na literatura de manipulação da informação contábil, não é uma condição para representações inadequadas sobre a perspectiva da vaguidade, como discutido neste artigo. A presença da vaguidade é uma condição suficiente, dado que representação inadequada, aqui, não está necessariamente associada a uma ação intencional. Contudo, consideramos que os profissionais da contabilidade (elaboradores e auditores) estão suficientemente conscientes de suas escolhas e que consideram custos e benefícios de cada escolha contábil, incluindo a capacidade de verificabilidade por parte do regulador.

⁵ De acordo com a FASB (1980, parágrafo 63), “A fidelidade da representação é a correspondência ou concordância entre uma medida ou descrição e o fenômeno que pretende representar. Na contabilidade, os fenômenos a serem representados são recursos econômicos e obrigações e as transações e eventos que mudam esses recursos e obrigações”.

⁶ De acordo com Hyde (2005), a seguinte forma de argumento do paradoxo *Sōritēs* era comum:

1 grão de trigo não faz um monte.

Se 1 grão de trigo não faz um monte, então 2 grãos de trigo também não.

Se 2 grãos de trigo não fazem um monte, então 3 grãos de trigo também não.

... Se 9.999 grãos de trigo não fazem um monte, então 10.000 grãos de trigo também não...

10.000 grãos de trigo não fazem um monte.

⁷ A abordagem de configuração considera a existência de “constelação multidimensional das características conceitualmente distintas que geralmente ocorrem em conjunto” (MEYER ET AL., 1993, p.1175) e classifica os atributos potenciais de um fenômeno em um número relativamente pequeno de padrões, tipos ideais e internamente consistentes. Essas características do conjunto de “tipos ideais” descrevem em conjunto uma grande proporção de casos do fenômeno em questão. A crítica mais séria a esta abordagem a rejeita como teoria, reduzindo-a a um simples esquema de classificação (DOTY; GLICK, 1994; MILLER, 1999).

MILLER, 1999; MILGROM; ROBERTS, 1995), com base na Teoria de Direitos de Propriedade (BARZEL, 1989; DEMSETZ, 1988), podemos identificar cinco arranjos típicos pelos quais bens são negociados. Dessa forma mostraremos como duas dimensões tradicionalmente usadas nos padrões contábeis e uma dimensão suplementar identificada através da abordagem configuracional não são suficientes para eliminar a vaguidade presente na taxonomia do balanço patrimonial. Finalmente, para testar a presença de vaguidade sobre as definições do IASB de estoque, imobilizado e ativos intangíveis, desenvolvemos um experimento entre indivíduos, 93 estudantes brasileiros de MBA.

2. ANTECEDENTES E PARADOXO DA LIQUIDEZ

A vaguidade (ou ambiguidade) é uma característica de um objeto (palavras, conceitos) relacionado a uma delimitação insuficiente das fronteiras de seu significado, criado por imprecisão linguística, incertezas com relação aos fatos, ou ambos. As duas causas potenciais destas zonas indeterminadas (cinzentas) são: (i) vaguidade epistêmica, que ocorre quando se presume que exista uma fronteira nítida, mas não fica claro onde ela está, e (ii) a vaguidade semântica, que ocorre quando a linguagem é insuficiente para fazer a classificação. Além de classificações epistêmicas e semânticas, a vaguidade também é classificada, com base no número de dimensões em que um conceito é analisado: unidimensional ou multidimensional. A vaguidade unidimensional é relativa a um único atributo, enquanto a multidimensional está relacionada à n atributos (WILLIAMSON, 1997, 1999a; SCHIFFER, 1999; KEEFE, 1998, 2007; PENNO, 2008).

Para identificar as fontes de vaguidade epistêmica e semântica, a presente análise considera a escala de liquidez, e as categorias sugeridas pelos padrões contábeis para classificar os itens nesta escala (apresentada na próxima seção). A primeira é uma forma epistêmica e unidimensional (ou uma forma *Sōritēs*) de vaguidade, a segunda é uma vaguidade multidimensional.

As informações contábeis procuram representar fielmente tanto quantitativa como qualitativamente a posição patrimonial e o desempenho das entidades. A representação quantitativa é alcançada através de critérios de mensuração (custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente). A representação qualitativa é feita através das classificações em contas ou grupos de contas nos relatórios financeiros (categorias: ativos circulantes e não circulantes, passivos circulantes e não circulantes, patrimônio líquido, lucro operacional, resultado não operacional, fluxos de caixa de operações, de atividades de investimento, de atividades de financiamento, etc.). Anthony e Reece (1989, 32) sugerem que as categorias das contas fornecem informações qualitativas e aumentam a relevância da informação.

Com base na literatura contábil, a liquidez é o conceito (critério) utilizado para organizar os itens no lado esquerdo do balanço patrimonial, e está associada à velocidade com que os recursos poderão ser convertidos em caixa (ANTHONY; REECE, 1989, p.32). Este conceito de liquidez é ambíguo (podendo representar mais de um estado ou objeto) e semanticamente vago (não há um limite claro para o significado de "velocidade"). A fim de atenuar este problema, nós propomos que o conceito de "velocidade" seja substituído pelo nível de especificidade do ativo. Um ativo é específico quando não pode ser realocado, de seu uso original, para outro uso sem uma redução significativa em seu valor (JOSKOW, 1985). O valor máximo de um ativo específico ocorre quando ele é aplicado na finalidade específica para a qual ele foi concebido. Para altos níveis de especificidade, o custo incorrido associado reduz a probabilidade de uma transferência com velocidade e sem custo. Unindo estes dois

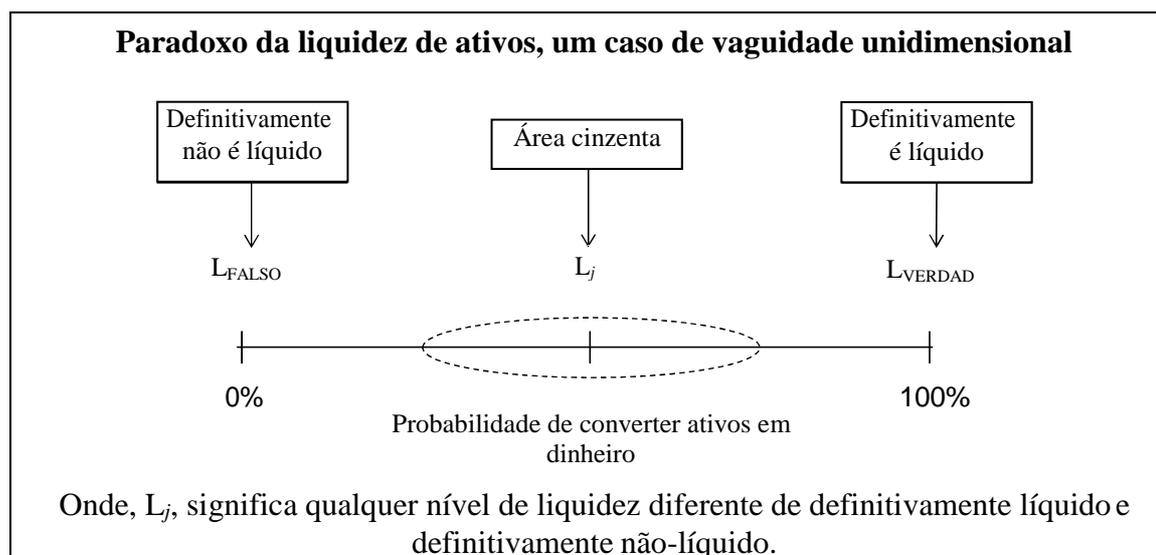
conceitos, a liquidez está associada à velocidade de conversão de um ativo (com especificidade maior que zero) em outro ativo (não específico ou, pelo menos, menos específico que o primeiro), potencialmente realizada pelo seu valor nominal em qualquer momento por qualquer agente econômico. No extremo, a velocidade é substituída pela distribuição dos fluxos de caixa.

A fim de honrar suas obrigações, a empresa é questionada sobre sua capacidade de converter ativos (com especificidade alta ou média) em ativos com baixa especificidade, como dinheiro. Normalmente, funcionários, financiadores, governos e outros procuram receber ativos de alta liquidez, como caixa. Então, através da análise de solvência, as partes interessadas estimam a probabilidade que a empresa tem de converter os seus recursos (que não seriam facilmente aceitos para liquidar um passivo) em itens que são facilmente aceitos para liquidar um passivo em condições normais.

Se o nível de liquidez é uma escala contínua, e a liquidez de um item não é mensurável (quantitativamente) *ex ante*, para ordenar (classificar) vários itens de acordo com sua liquidez é necessário ter pontos de corte (limites entre as possíveis categorias). Desta forma, relacionado à liquidez existe vaguidade epistêmica, atenuada de certa forma, assim como vaguidade semântica e ambiguidade.

Como no Paradoxo *Sōritēs*, “dado que não sabemos os seus pontos de corte, não podemos calibrar os instrumentos para medi-los” (WILLIAMSON, 1997), conforme apresentado na figura 1. Assim, existe um problema de vaguidade no lado esquerdo do balanço patrimonial, que é ignorado pelos padrões contábeis. Um item será definitivamente líquido ($L_{Verdade}$) se a sua probabilidade de ser convertido em caixa for de 100%, ou seja, especificidade nula, portanto já é caixa. Por outro lado, um item que tem probabilidade nula para ser convertido em caixa ou especificidade extremamente elevada definitivamente não é líquido (L_{Falso}). Em algum lugar entre os dois extremos, está a área cinzenta (L_j), onde a probabilidade (j) é $0\% < j < 100\%$.

FIGURA 1



Fonte: Adaptado de Penno (2008)

Para caracterizar a vaguidade epistêmica, com base em Barnes (1982)⁸, podemos apresentar o paradoxo da liquidez de ativos da seguinte forma:

Considerando que o nível de liquidez de um ativo está associado à sua probabilidade de ser convertido em um ativo não-específico (caixa, por exemplo)...

um nível de liquidez de 1% não torna um ativo líquido.

se um nível de liquidez de 1% não torna um ativo líquido então um nível de liquidez de 2% também não.

se um nível de liquidez de 2% não torna um ativo líquido então um nível de liquidez de 3% também não.

... se um nível de liquidez de 99,99% não torna um ativo líquido então um nível de liquidez de 100% também não.

Um nível de liquidez de 100% não torna um ativo líquido.

A última declaração é claramente falsa.

Conforme ilustrado na figura 1, alguém poderia propor a criação de uma terceira categoria, incluindo a área cinzenta (unidimensional). Esta estratégia, chamada de lógica trivalente, é criticada por Williamson (1997), porque não "resolve" o problema epistêmico. Em vez disso, o supervalorizacão conduz a um problema maior de vaguidade (Williamson, 1999b), uma vez que torna necessário definir as fronteiras entre definitivamente-verdadeiro e indeterminado, e entre definitivamente-falso e indeterminado.

Não obstante as críticas de Williamson, e além da perspectiva epistêmica, lógicas multi-valores têm sido desenvolvidas nas últimas décadas, mediante o uso da matemática como, por exemplo, a lógica *fuzzy* e o *software* correlato (ZADEH, 1965; ZEBDA, 1991). A estrutura conceitual da contabilidade também tenta atenuar esse problema: (i) criando outras categorias intermediárias (que aumentam o problema epistêmico), e (ii) recomendando uma abordagem multi-critérios de classificação dos elementos. Implicitamente nesta estratégia, a estrutura conceitual da contabilidade acaba induzindo à utilização de mais dimensões, a fim de reduzir certo grau de ambiguidade ou vaguidade, como será demonstrado na próxima seção.

3. VAGUIDADE MULTI-DIMENSIONAL NO LADO ESQUERDO DO BALANÇO PATRIMONIAL

No que diz respeito aos ativos, a principal preocupação da Estrutura Conceitual (*Framework*) é o seu reconhecimento e avaliação. Não obstante a ênfase dada por reguladores sobre o conceito e critérios de mensuração e avaliação de itens de ativos, existem poucas discussões sobre a apresentação (classificação) do ativo no balanço patrimonial. O uso recorrente das classificações: estoque, imobilizado, e ativos intangíveis não elucida a

⁸ Segundo Barnes (1982), existem duas principais condições sob as quais qualquer argumento é um silogismo irregular: a série $\langle a_1, \dots, a_i \rangle$ deve ser ordenada; o predicado 'F' deve satisfazer às três seguintes restrições: (i) deve parecer verdade em a_1 , o primeiro item da série, (ii) deve parecer falso em a_i , o último item da série, e (iii) cada par adjacente na série, a_n e a_{n+1} , devem ser semelhantes o suficiente para que apareçam indiscrimináveis em relação à 'F' – isto é, tanto a_n como a_{n+1} devem satisfazer 'F' ou nenhum dos dois deve. Sob tais condições, 'F' será relacionado ao silogismo irregular das séries $\langle a_1, \dots, a_i \rangle$ e qualquer argumento da forma acima usando 'F' e $\langle a_1, \dots, a_i \rangle$ será um silogismo irregular.

capacidade que alguns itens têm de gerar benefícios econômicos futuros ao longo do tempo. Na prática, ativos que decorrem de uma transação específica poderiam ser classificados de acordo com características (aceitas pela Estrutura Conceitual), que não estarão necessariamente relacionadas com o potencial de geração de fluxos de caixa desses ativos. Isto ocorre porque, em alguns casos, há uma fraca relação entre as características sugeridas pelos padrões contábeis para diferenciar os ativos e a sua liquidez (velocidade de conversão de um ativo com especificidade maior que zero em outro ativo não específico ou, pelo menos, menos específico). Esta fraca sensibilidade é criada por vaguidade epistêmica e semântica.

Tentando atenuar a vaguidade multidimensional, a literatura de contabilidade (incluindo os padrões contábeis) sugere as seguintes dimensões para separar itens de ativos entre estoque, imobilizado, e ativos intangíveis: (i) é o próprio item do ativo que proporciona benefícios econômicos, (ii) a capacidade para gerar benefícios econômicos se restringem a apenas uma única transação, (iii) o ativo tem forma física, ou é intangível. Apesar dessa composição de características (abordagem multidimensional), a área cinzenta ainda está presente no lado esquerdo do balanço patrimonial.

Neste trabalho, nós definimos a área cinzenta (multidimensional) como a extensão na escala de liquidez que, devido a problemas de vaguidade epistêmica e semântica, não podemos afirmar, de forma consistente, que uma operação típica é mais (ou menos) líquida que outra.

Enquanto o estoque⁹ costuma ser apresentado como ativo circulante, não importando se é esperado que seja recuperado após os primeiros doze meses da data de apuração do balanço patrimonial; imobilizado¹⁰ e ativos intangíveis (incluindo, direitos autorais)¹¹ costumam ser apresentados como ativos não-circulantes, sem importar se é esperado que eles forneçam alguns benefícios econômicos no prazo de doze meses da data de apuração do balanço patrimonial.

A literatura de contabilidade (para exemplos, veja notas 9-11) sugere que as principais diferenças entre o estoque e o imobilizado são: (i) é o próprio item de estoque que proporciona benefícios econômicos, enquanto o imobilizado proporciona benefícios econômicos indiretamente (através da venda de produtos acabados produzidos na fábrica, com máquinas e ferramentas). Esta distinção bi-dimensional, embora generalizadamente aceita, é

⁹ De acordo com IAS 2 (parágrafo 8): "Os estoques englobam bens comprados e detidos para revenda incluindo, por exemplo, mercadorias compradas por um varejista e detidas para revenda [...] produtos acabados, ou produtos em andamento [...] materiais e insumos aguardando seu uso no processo de produção [...] e custos do serviço [...] para o qual a entidade ainda não reconheceu a receita correspondente". De acordo com Kieso, Weygandt e Warfield (2005, 368), "[e]stoques são itens de ativos detidos para venda no curso normal dos negócios ou bens que serão utilizados ou consumidos na produção de bens a serem vendidos".

¹⁰ De acordo com IAS 16 (parágrafo 6): "Imobilizados são itens tangíveis que: (a) são detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou prestação de serviços, para arrendamento a outros, ou para propósitos administrativos; e (b) espera-se que sejam usados durante mais de um período." Segundo Kieso, Weygandt e Warfield (2005, 470), os imobilizados "incluem terrenos, construções (escritórios, fábricas, armazéns) e equipamentos (máquinas, móveis, ferramentas) [...] as principais características do imobilizado são: (1) eles são adquiridos para uso nas operações, e não para revenda [...] (2) são de longo prazo por natureza e geralmente sujeitos a depreciação [...] (3) eles possuem substância física".

¹¹ Segundo Kieso, Weygandt e Warfield (2005, 570-3), "os ativos intangíveis possuem duas características principais: (1) não possuem substância física, e (2) não são instrumentos financeiros", e suas principais categorias são: relacionados a marketing (marca comercial, e nome comercial ou registrada); relacionados ao consumidor (lista de consumidores); relacionados à arte (direitos autorais); relacionados a contrato (franquia, licenças ou autorizações); relacionados à tecnologia (patentes); *goodwill*. O parágrafo 8 do IAS 38 define brevemente um ativo intangível como "um ativo não monetário identificável sem substância física".

permeada por vaguidade que gera uma área cinzenta (multidimensional) entre estoques, imobilizados ou ativos intangíveis, pois (ii) um determinado item de estoque tem a sua capacidade de proporcionar benefícios econômicos restrita a apenas uma única transação, enquanto o imobilizado e o intangível proporcionam benefícios econômicos que não estão restritos a qualquer número de transações, mas a sua vida útil econômica, e, finalmente, (iii) os imobilizados são ativos corpóreos enquanto os ativos intangíveis (como o nome sugere) não têm forma física.

A seguir apresentamos exemplos de transações que ficam na área cinzenta. Primeiro, Altria Group Inc. (Philip Morris) e British American Tobacco (BAT) classificam seus estoques de folhas de tabaco, que têm um ciclo operacional que excede 12 meses, integralmente como ativo circulante, embora parte deste estoque, por causa da duração do processo de envelhecimento, normalmente, não será utilizada dentro de um ano. Os critérios de apresentação da Altria e BAT estão de acordo com Epstein e Jermakowicz (2007, 47), que dizem que "estoques [...] devem ser classificados como ativo circulante [...] mesmo que não se espere a sua realização dentro de doze meses a partir da data do balanço patrimonial". Curiosamente, a Souza Cruz S/A, uma das subsidiárias da BAT que segue os padrões contábeis brasileiros, reconhece uma parte do estoque de folhas de tabaco como um ativo não-circulante.

Como um segundo exemplo, de acordo com a definição prevista no IAS 16, imobilizados também são ativos tangíveis¹² mantidos para arrendamento a outros. Neste caso, o item do imobilizado destinado à locação¹³ fornece benefícios econômicos por si só, por isso, neste particular, o imobilizado torna-se semelhante ao estoque de produtos acabados. Por outro lado, diferentemente do estoque, e à semelhança dos itens comuns do imobilizado (imobilizado ordinário), a capacidade de proporcionar benefícios econômicos do imobilizado destinado à locação não está limitada a apenas uma única transação (ou utilização). Exemplos de itens do imobilizado destinado à locação são os relacionados com arrendamentos operacionais, que, entre outras características, são alugados por prazos substancialmente inferiores à vida útil econômica dos ativos e não são especificados para um único arrendatário, então eles têm potencial para serem alugados n vezes, mediante n transações. Considerando que em algumas situações o imobilizado destinado à locação pode gerar fluxos de caixa durante os primeiros doze meses da data do balanço (ou da data de sua aquisição/instalação), a classificação tradicional (como um ativo não-circulante) provoca desinformação na mensuração de desempenho em contratos baseados na liquidez?¹⁴

¹² Embora, nem os livros didáticos de contabilidade nem o IAS 2 restringe a definição de estoque a ativos tangíveis, os exemplos apresentados na literatura contábil e na pesquisa do AICPA – *Accounting Trends and Techniques* (AICPA, 2008) – são todos relacionados a itens que possuem substância física. Baseado nessa perspectiva, o estoque e o imobilizado possuem outra semelhança, ambos são (ou poderiam ser) bens tangíveis.

¹³ Note que o imobilizado destinado à locação é completamente diferente do imobilizado detido para venda. O parágrafo 68A do IAS 16 estabelece que "uma entidade que, no decorrer das suas atividades normais, vende rotineiramente itens de ativos imobilizados que mantém para arrendamento a outros deve transferir tais bens para os estoques a seu valor contábil quando deixarem de ser alugados e tornarem-se detidos para venda", neste caso, o IFRS 5 não é aplicável.

¹⁴ Além disso, vamos supor que um item possa também ser utilizado pela entidade (seu proprietário) em suas atividades operacionais normais (imobilizado ordinário) ou alugados a terceiros (imobilizado para-aluguel). A decisão de atribuição se baseia na demanda: se a entidade precisar usar o item, e ele não estiver alugado para terceiros nesse momento, a entidade o usa; e se terceiros solicitarem sua locação, quando ele não estiver sendo utilizado pela entidade, a entidade pode locá-lo. Baseado no parágrafo 6 da IAS 16, deve ser classificado como imobilizado, um típico ativo não circulante, induzindo a uma perda de liquidez. Esse item possui uma capacidade híbrida para gerar fluxos de caixa, as derivadas de locações são diretamente geradas pelo próprio item, e espera-

Finalmente, um terceiro exemplo: ativos intangíveis negociáveis, como direitos autorais sobre obras audiovisuais e software de computador desenvolvido pela entidade para negociação com terceiros¹⁵. Por exemplo, os filmes têm uma capacidade híbrida para fornecer entradas de dinheiro, imediata e diretamente (por acordos de licenciamento com cinemas), assim como no longo prazo (também através de acordos de licenciamento, mas, através de diferentes janelas, mercados e territórios), assim, o produtor do filme "deve divulgar nas notas explicativas às declarações contábeis, as parcelas de custos dos filmes concluídos que se espera amortizar durante o próximo ciclo operacional, que se presume ser de doze meses" (parágrafo 51 do SOP 00-2).

Argumentamos que a classificação tradicional do balanço (ativos e passivos circulantes/não-circulantes) tem sido amplamente utilizada como uma camisa de força, e isto pode ser explicado por uma obediência cega à regulamentação contábil que se de um lado reduz certos custos de transação de empresas e auditores, ao gerar informações contábeis de uma forma mais "objetiva", acaba por comprometer a relevância da informação contábil sobre o desempenho da firma. Conforme argumentado por Wyatt (2005), limitando-se a escolha de registro e classificação dos itens no balanço patrimonial "assim, tenderia a reduzir, ao invés de melhorar, a qualidade das informações disponibilizadas aos investidores".

Estas dimensões são insuficientes, assim na próxima seção nós identificamos cinco arranjos que acomodam as transações econômicas contemporâneas.

4. ARRANJOS TÍPICOS DE DIREITO DE PROPRIEDADE

Não podemos construir nossa análise com base nos padrões contábeis, porque esses contêm em si vaguidade nos conceitos. Então, procuramos identificar as características das transações econômicas segundo as quais os ativos são negociados. Um ativo é um feixe multidimensional de atributos (BARZEL, 1989) com potencial para gerar fluxos de caixa condicionados aos esforços feitos no sentido de mitigar os riscos contratuais. As firmas escolhem arranjos para mitigar tais riscos contratuais (CROCKER; MASTEN, 1988).

A distribuição dos direitos de propriedade sobre os atributos delineáveis e verificáveis de um ativo em uma cadeia de fornecimento e os mecanismos que os coordenam estão relacionados com a distribuição de risco entre os agentes na cadeia de fornecimento e com a liquidez (velocidade para gerar fluxos de dinheiro). Esses conjuntos de arranjos de direitos podem ser mantidos pela empresa ou distribuídos/ negociados (com base na principal aplicação do ativo): (i) os ativos que são mantidos e explorados para criar produtos ou serviços, mas que não serão transferidos (pelo menos, inicialmente), e (ii) os ativos que são usados (negociados) para gerar rendimentos através da transferência de seu direito de uso para terceiros.

A intensidade de transferência dos direitos de propriedade define o nível de transferência de cada atributo, do vendedor ao comprador, que flui em uma estrutura gradual. A transferência de direitos vai de um extremo, onde um único atributo é transferido (por exemplo, uma operação de aluguel de automóveis para o fim de semana), para outro extremo,

se claramente que iniciem a fluir dentro de doze meses a contar da data do balanço patrimonial. Por outro lado, as entradas de caixa derivadas do uso do imobilizado ordinário, pela entidade (seu proprietário), são geradas indiretamente, e não se espera claramente que comecem a fluir dentro de doze meses a contar da data do balanço.

¹⁵ Obras audiovisuais e programas de computador são exemplos de itens intangíveis gerados internamente cujos custos de criação são reconhecidos como ativos intangíveis, com exceção de custos que seriam análogos à pesquisa.

em que todos os direitos de propriedade são transferidos, inclusive os direitos residuais de controle sobre o bem (por exemplo, uma transação de venda de um produto acabado). Alguns atributos negociados são exclusivos e outros não. A abordagem configuracional (ver nota 7) nos conduz a identificar cinco arranjos viáveis e típicos, todos eles internamente homogêneos e observáveis no mundo real contemporâneo: a transferência completa (FT), a transferência completa com garantias (FTw), a transferência parcial (PT), transferências simultâneas parciais (PTs), e sem-transferência (NT).

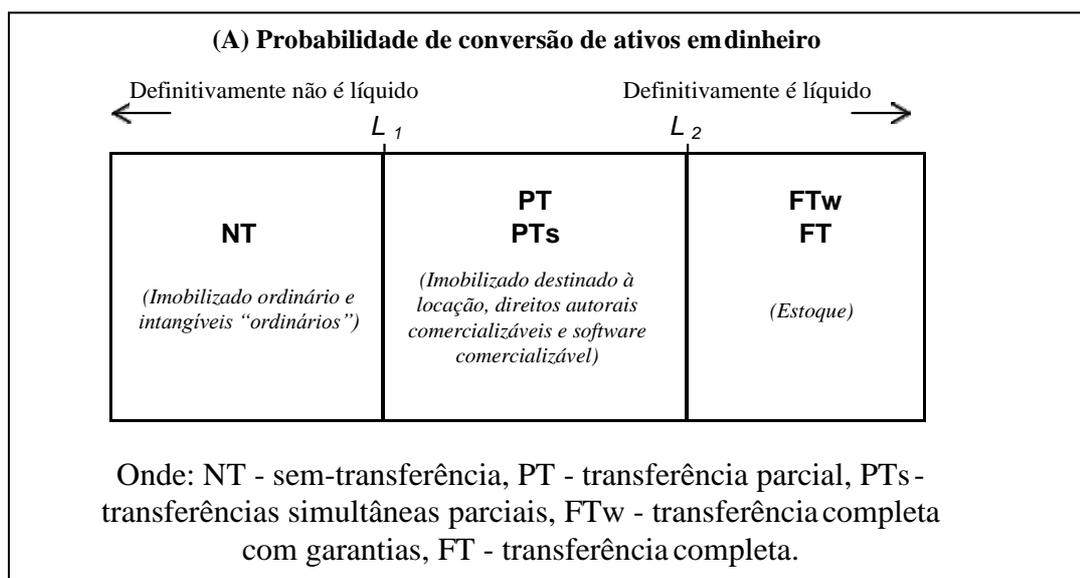
Quando o ativo de uma empresa não tem nenhum de seus atributos transferidos, este ativo é disposto dentro de um típico **arranjo NT (sem-transferência)**. O vendedor mantém, com exclusividade, todos os direitos de propriedade sobre este bem, e o utiliza para realizar suas atividades. Alguns ativos têm potencial para agregar mais valor com a transferência de um número limitado de atributos, do que sendo mantido com o vendedor. Nestes casos, o vendedor transfere, pelo menos um atributo (dentro de n atributos contratáveis) aos compradores, porém o vendedor detém os direitos do controle residual sobre o ativo. Em um típico **arranjo PT (transferência parcial)**, o atributo transferido geralmente tem forma física, por conseguinte, apenas um comprador pode se beneficiar dos serviços prestados por esse atributo. Por exemplo, uma locadora de carros ("vendedor") mantém o direito de vender seus carros e auferir receitas de arrendamento; uma vez que o contrato de locação transfere para o locatário ("comprador") o direito de usar o carro, restrito a condições de utilização (responsabilidade pelas multas). Na ausência de atributos físicos, a mesma lógica é válida para os direitos de uso exclusivos. Contrariamente, quando não há um acordo de exclusividade, e não há nenhuma restrição física (atributos intangíveis), um determinado atributo pode ser transferido, simultaneamente, para mais de um "comprador". Um **arranjo PTs típico (transferências simultâneas parciais)** inclui direitos de uso de marca, por exemplo, através de um contrato de franquia.

No arranjo mais comum em uma sociedade moderna, o fornecedor transfere os direitos de controle residual sobre um bem para um comprador, mas o fornecedor continua responsável por pelo menos um atributo, durante determinado período, desde que as condições contratadas sejam respeitadas pelo comprador. Assim, em um típico **arranjo FTw (transferência completa com garantia)**, o fornecedor oferece uma garantia para um bem ou serviço totalmente transferido para um comprador. Estas obrigações do vendedor são necessariamente exigíveis mediante contratos ou pela reputação. Quando os atributos são totalmente mensuráveis, a fim de que todo o comportamento potencial futuro dos atributos relevantes seja internalizado no preço, o comprador pode aceitar receber um produto ou serviço sem qualquer tipo de garantia. Em um mercado organizado, o típico **arranjo FT (transferência completa)**, a exemplo da clássica transação "*caveat emptor*" da literatura econômica, é raro, pois na maior parte das vezes existirão garantias de alguma forma (seja formal ou informal, voluntária ou obrigatória).

Dessa forma esperamos que a maioria das transações econômicas contemporâneas seja classificada de acordo com um desses cinco tipos de arranjos, os quais representariam informação adicional para atenuar a vaguidade epistêmica e semântica. Na próxima seção, vamos explorar a área cinzenta com a intenção de diminuir a vaguidade da classificação da liquidez no lado esquerdo do balanço patrimonial.

5. EXPLORANDO A ÁREA CINZENTA

Nesta seção, exploraremos a área cinzenta. Usando a estratégia comentada por Penno (2008), começamos por uma abordagem unidimensional e, passo a passo, acrescentamos uma dimensão por vez, para chegar ao que é chamado de abordagem multidimensional. Primeiro, substituímos as notações usadas na figura 1 e introduzimos as categorias contábeis discutidas na seção 3, assim como os cinco arranjos apresentados na seção anterior (Figura 2).

FIGURA 2: Abordagem unidimensional para explorar a área cinzenta

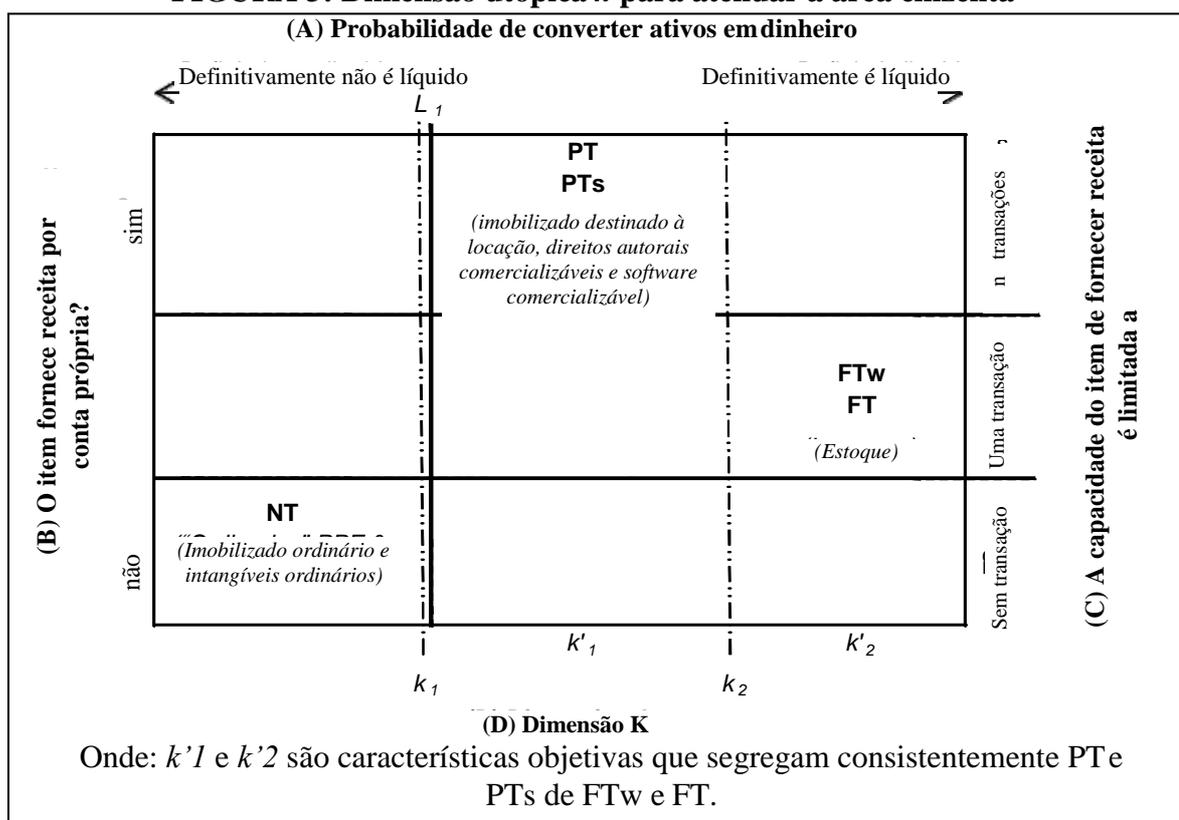
A figura 2 é ainda baseada em uma abordagem unidimensional e não explora a área cinzenta, simplesmente troca suas designações por exemplos de ativos.

Contudo a figura 2 se justifica por evidenciar a necessidade de identificar um valor para L_1 para que NT seja constantemente menos líquida que PT e PTs, e um valor para L_2 para que em qualquer transação PT/PTs seja constantemente menos líquida que FT/FTw.

No entanto, como explicado em seções anteriores, a liquidez sofre do paradoxo Sōritēs e, portanto, de vaguidade epistêmica. Suas fronteiras não são claras, especialmente quando o nível de análise é uma transação real realizada por uma firma. Esses limites seriam estimados posteriormente por uma técnica como a lógica *fuzzy*. Mesmo assim, não haveria a certeza de que uma nova transação teria o mesmo histórico de liquidez que transações similares anteriores.

Por um lado, nenhum direito sobre um arranjo NT é negociado, então eles não geram nenhuma receita por si mesmo. Imobilizado ordinário e ativos intangíveis ordinários têm essa característica. Por outro lado, as outras quatro modalidades têm a capacidade de gerar receitas por si mesmas. Este é o caso de itens como, imobilizado destinado à locação, ativos intangíveis negociáveis e estoques. Assim, conforme apresentado na Figura 3, a dimensão (B) ajuda na segregação do arranjo NT (tradicionalmente chamado imobilizado – ordinário – e ativos intangíveis – ordinários) dos outros arranjos (PT, PTS, FT, e FTW). Mas não é suficiente para separar imobilizado destinado à locação, direitos autorais negociáveis e software comercializáveis (PT e PTs) de estoques (FTw e FT).

As duas primeiras dimensões adicionadas são comuns na literatura de contabilidade, e identificadas como relevantes na classificação da liquidez dos ativos, são elas: (A) velocidade (probabilidade) para converter ativos em caixa; (B) geração de receitas diretamente (por si só) ou indiretamente. A terceira dimensão (C), relacionada à capacidade do item de fornecer receitas, está restrita a uma única transação ou a n transações. Mesmo com esta abordagem tri-dimensional, nós mostramos que isso não elimina o problema de vaguidade, por isso, acrescentamos uma dimensão ideal (D).

FIGURA 3: Dimensão utópica k para atenuar a área cinzenta

Conforme discutido acima, para NT, nenhum direito sobre os atributos são negociados, como é o caso de imobilizado ordinário e ativos intangíveis ordinários. Portanto, estes itens, geralmente com alta especificidade e baixa liquidez, não geram receitas por eles mesmos, portanto, não há um número de transações que restrinja sua capacidade de proporcionar benefícios econômicos futuros, apenas a sua vida útil econômica. Qualquer arranjo identificado como FTw ou FT (estoque) tem a sua capacidade de gerar receitas restrita a uma única transação. Por outro lado, PT e PTs (imobilizado destinado à locação, e ativos intangíveis negociáveis) podem ser segregados em muitos atributos, a fim de propiciar que o mesmo item de ativo continue gerando receitas, transação após a transação. Assim, conforme apresentado na figura 3, a dimensão (C), como a dimensão (B), ajudam a segregar NT (imobilizado ordinário e ativos intangíveis ordinários) da área cinzenta. Mas a dimensão (C) tem avanços em relação à dimensão (B), uma vez que contribui para segregar PT / PTs de FTw / FT.

Observe que a partir da adição da dimensão (C), a dimensão (B) deixa de ser relevante. A dimensão (C) não atenua a vaguidade da liquidez, porque ela não garante que a liquidez de PT e PTs será sempre inferior à de todos os arranjos FTw e FT, embora atenua a vaguidade relacionada aos limites das categorias tradicionais de contabilidade.¹⁶ Embora as dimensões (A) e (C) sejam, aparentemente, suficientes para separar todos os itens do ativos analisados neste trabalho, elas não são suficientes para distingui-los claramente de acordo com seu nível

¹⁶ Categorias tradicionais de contabilidade já distinguem PT e PTs de FT e FTw, mas essa distinção não é bem feita, uma vez que PT e PTs são permutáveis com NT, já que o imobilizado para-locação é classificado como imobilizado, e intangíveis transacionáveis não são separados do que chamamos de "intangíveis ordinários".

de liquidez. Com base nas dimensões (A) e (C), não podemos generalizar nem assegurar que FT e FTw são mais líquidos do que PT e PTs. Da mesma forma, não podemos assegurar que os itens do estoque negociados sobre o regime FT sejam mais (ou menos) líquidos do que os itens negociados mediante acordos FTw. Não podemos assegurar tampouco que os itens do imobilizado destinado à locação negociados mediante arranjos PT são mais (ou menos) líquidos que itens dos ativos intangíveis comercializáveis mediante arranjos PTs. Isto ocorre, pois há muitos outros atributos relacionados com a liquidez de ativos além daqueles discutidos neste artigo, por exemplo, preço do ativo, a atividade principal da empresa, a riqueza e a preferência do consumidor, regulação governamental, a concorrência de mercado etc.

Para atenuar a vaguidade da liquidez associada aos níveis de arranjos (FT, FTw, PT e PT), idealmente, deveria se adicionar uma dimensão final que separe esses arranjos de forma consistente, pelo menos em pares (FT e FTw de PT e PTs). A dimensão ideal k , conforme apresentado na Figura 3, precisa atender a uma das seguintes condições: (i) a dimensão deve ser mensurável quantitativamente, ou (ii) a dimensão deve ser substituída por uma característica objetiva presente em um item, e que não esteja presente no outro item a ser diferenciado do primeiro. Ainda, tal característica seria objetiva se fosse verificável tanto por gestores quanto pelas partes externas interessadas.

Finalmente, o poder da dimensão k para atenuar a vaguidade da liquidez depende do grau em que os arranjos PT e PTs serão consistentemente identificados como menos (ou mais) líquidos que FTw e FT. Evidentemente, antes de encontrar esta dimensão ideal k , é necessário a existência de uma condição onde todos os PT e PTs sejam consistentemente menos (ou mais) líquidos do que todos os FT e FTw. "Infelizmente", não há provas suficientes de que as características que tipificam esses arranjos estejam totalmente correlacionadas, tampouco fracamente correlacionados, com nível de liquidez.

Nós não identificamos essa dimensão ideal k capaz de segregar PT e PTs de FTw FT e, assim, a vaguidade epistêmica da liquidez não foi eliminada. Sugerimos que as transações relacionadas com arranjos PT e PTs sejam divulgadas em notas explicativas às demonstrações financeiras, se afetarem significativamente os indicadores financeiros, especialmente se a empresa for parte em contratos de financiamento com cláusulas restritivas (*covenant*) ou se os bônus de executivos estiverem associados a indicadores de liquidez e solvência.

6. EXPERIMENTO

A interpretação dos padrões contábeis e a consequente decisão de classificação dos ativos são influenciadas por uma variedade de fatores, como: pela variabilidade do significado do conceito sobre o qual as decisões são baseadas (HRONSKY; HOUGHTON, 2001); por incentivos dos elaboradores das demonstrações contábeis e de auditores para reconhecer, mensurar e evidenciar de forma agressiva ou conservadora; pela descrição da substância econômica das transações; pela especialização tanto de auditores quanto de elaboradores das demonstrações contábeis (MAINES; WAHLEN, 2006); e pela interpretação por parte dos profissionais da contabilidade quanto às conseqüências das transações para a liquidez da entidade. Para verificar se os elaboradores das demonstrações contábeis consideram que há vaguidade nos critérios de classificação dos ativos, testamos as seguintes hipóteses:

H_{1a}. Em média, a classificação real, a priori, de casos "definitivamente imobilizado", "definitivamente intangível" e "definitivamente estoque", difere

significativamente da classificação da área cinzenta. Enquanto a classificação real de casos, a priori, na “área cinzenta”, não difere.

H1b. *Há variância significativa na decisão de classificação de ativos da área cinzenta com base nos padrões contábeis atuais.*

H2. *Indivíduos com incentivo para tomar decisões agressivas ao elaborar as demonstrações contábeis são mais propensos a interpretar de forma mais liberal um padrão profissional vago do que os indivíduos com incentivo para tomar decisões conservadoras.*

H3a. *Entre os indivíduos com incentivo para tomar uma decisão conservadora e que receberam descrição mais detalhada da substância econômica das transações são mais propensos a interpretar de forma menos liberal um padrão profissional vago do que os indivíduos com o mesmo incentivo, mas que receberam uma descrição menos detalhada sobre as transações.*

H3b. *Entre os indivíduos com incentivo para tomar decisões agressivas, o acesso à descrição mais detalhada da substância econômica das transações afeta a classificação dos ativos da área cinzenta.*

6.1 Desenho da pesquisa e procedimentos

Considerando o alerta de Libby et al. (2002) a respeito dos custos de utilização de profissionais como sujeitos de experimentos, nós os substituímos por 175 alunos matriculados em cursos de MBA em Contabilidade. Os experimentos dizem respeito às classificações de ativos entre estoques, imobilizado e ativos intangíveis. A fim de evitar distorções (cognitivas), nós descartamos as respostas dos sujeitos cuja formação acadêmica não incluía graduação em Contabilidade, Administração ou Economia, assim como daqueles que não trabalham em qualquer atividade relacionada com a elaboração, auditoria ou com o uso de informações contábeis.

Os experimentos envolveram um esquema 2 x 2 entre sujeitos. A fim de testar os efeitos de incentivos, metade dos estudantes, aleatoriamente selecionados, receberam uma breve descrição sobre uma empresa hipotética. Os indivíduos de um grupo atuaram como contadores de uma empresa que está passando por problemas de solvência e que está prestes a romper as cláusulas restritivas dos contratos de financiamento (*covenant*) associadas ao índice de liquidez (incentivo à contabilidade agressiva). Os indivíduos do outro grupo atuaram como contadores de uma empresa com boa situação financeira, não alavancada, e cujo comitê de auditoria acabou de induzir o diretor executivo a contratar uma das quatro grandes firmas de auditoria (Big-4) que tem a reputação de emitir opinião qualificada (incentivo à contabilidade conservadora). Além disso, para testar os efeitos do nível adicional de informação subjacente das transações econômicas, metade de cada grupo recebeu um dos dois níveis de descrição de casos (descrição sintética ou descrição analítica). A descrição analítica contempla detalhamentos dos arranjos econômicos, incluindo um dos cinco arranjos típicos de NT, PT, PTs, FT, FTw - que representam informações sobre as substâncias econômicas das transações.

Os instrumentos de pesquisa foram estruturados como se segue. Primeiro, foram solicitadas informações pessoais dos indivíduos: idade, sexo, área de formação, há quanto tempo colou grau, número de funcionários da empresa em que trabalha, cargo que ocupa, tempo no cargo, disciplinas do MBA já cursadas. Em segundo lugar, apresentamos uma breve descrição da empresa hipotética (incentivo). Em seguida, as definições do IASB para estoque, imobilizado, e ativos intangíveis (IAS 2, 16 e 38, respectivamente) foram fornecidas -, mas

para evitar viés, não fornecemos a origem dessas definições. Na quarta seção, 12 casos simplificados relacionados ao controle de diferentes ativos foram apresentados¹⁷.

Na seqüência, pedimos aos indivíduos para classificar os casos em duas escalas: em uma escala dicotômica (em que: 0 = estoque; 1 = imobilizado ou ativos intangíveis); e em cinco pontos de uma escala de Likert para perguntar aos indivíduos sobre do seu nível de convicção quanto a essas classificações (em que: 1 = definitivamente estoque; 2 = provavelmente estoque; 3 = indiferente; 4 = provavelmente imobilizado ou provavelmente ativos intangíveis; e 5 = definitivamente imobilizado ou definitivamente ativos intangíveis)¹⁸.

A amostra final foi composta por 93 indivíduos, divididos em quatro grupos, como segue: (i) incentivo à contabilidade agressiva com a descrição sintética (20,4%), (ii) incentivo à contabilidade agressiva com a descrição analítica (29%), (iii) incentivo à contabilidade conservadora com descrição sintética (26,9%) e (iv) incentivo à contabilidade conservadora com descrição analítica (23,7%). Os experimentos foram aplicados durante aulas de MBA em que os autores não eram os professores. Embora nenhum destes autores estivesse presente em todas as sessões para garantir a conformidade das instruções e condições de respostas, os sujeitos foram informados de que não seriam avaliados por isso. Em média, os sujeitos levaram 30 minutos para completar o instrumento de coleta de dados.

6.2 Análises e Resultados

Para testar H_{1a} realizamos o teste *One-Sample T test*, para comparar as classificações de todos os 12 casos na escala Likert. Esperamos que os casos a priori classificados como estoque fossem classificados pelos sujeitos bem próximo a 1 (definitivamente estoque); já os casos a priori classificados como imobilizado ou ativos intangíveis, esperávamos que fossem classificados próximos a 5 (definitivamente imobilizado ou definitivamente intangível); enquanto os ativos da área cinzenta esperávamos que não fossem classificados próximos a 1 nem a 5, mas a rigor, próximos a 3 (indiferente). A tabela 1 mostra que a classificação dos casos da área cinzenta não são significativamente diferentes do valor 3 (indiferente), enquanto que todas as outras classificações dos demais casos são. Logo, H_{1a} não é rejeitado, o que significa que os sujeitos classificam como “indiferente” na escala Likert os casos que eram classificados a priori como ativos da Área Cinzenta.

¹⁷ Três deles são definitivamente classificados, *ex ante*, como estoque, três como imobilizado, três como ativos intangíveis e outros três - com base em nosso ponto de vista, discutidos na parte teórica deste artigo - estão na área cinzenta (doravante, "ativos da área cinzenta").

¹⁸ As respostas à escala dicotômica foram usadas para validar as respostas à escala de Likert. Por exemplo, os sujeitos que responderam "Estoque" a um determinado caso na escala dicotômica e responderam: "Definitivamente Imobilizado ou definitivamente Ativos Intangíveis" para o mesmo caso na escala de Likert, foram descartados da amostra final. Nós também descartamos da amostra final sujeitos que responderam Estoque a casos que estão, a priori, claramente relacionados a Imobilizado ou Ativos Intangíveis, e vice-versa.

TABELA 1

N= 90	Estatística Descritiva		Estatística One-Sample		N= 90	Estatística Descritiva		Estatística One-Sample	
	Média	Desvio Padrão	t (Valor do teste = 3)	Sig. (2-tailed)		Média	Desvio Padrão	t (Valor do teste = 3)	Sig. (2-tailed)
caso 1	4,92	0,27	67,71	0,00	caso 7	1,16	0,42	-41,50	0,00
caso 2	4,94	0,23	80,08	0,00	caso 8	1,10	0,30	-59,74	0,00
caso 3	4,89	0,32	56,70	0,00	caso 9	1,03	0,18	-103,30	0,00
caso 4	4,59	0,56	26,97	0,00	caso 10	3,04	1,62	0,26	0,79
caso 5	4,46	0,67	20,51	0,00	caso 11	3,07	1,60	0,39	0,69
caso 6	4,83	0,43	40,39	0,00	caso 12	3,07	1,56	0,40	0,68

Casos 1,2,3 - Imobilizado; Casos 4,5,6 - Intangível; Casos 7,8,9 - Estoque; Casos 10,11,12 - Área Cinzenta

Para testar H_{1b} , realizamos teste de uniformidade de variância de erro de Levene, baseado na divisão da amostra em dois grupos: ativos da área não-cinzenta a priori (casos 1 até 9), e ativos da área cinzenta a priori (casos 10, 11 e 12). Na tabela 2 vemos que existe significativa diferença nas variâncias entre a classificação dos dois grupos. Logo, a hipótese nula de H_{1b} foi rejeitada. Isto significa que existe uma considerável variabilidade na decisão final baseada nos padrões contábeis emitidos pelo *International Accounting Standards Board*.

TABELA 2

Teste de uniformidade de variâncias de erro de Levene ^(a)			
			N
Área não-cinzenta a priori (casos 1 a 9)			834
Área cinzenta a priori (casos 10, 11 e 12)			279
Variável Dependente: Classif			
F	df 1	df 2	Sig.
1823,86	1	1111	0

Testes de hipótese nula que a variância de erro da variável dependente é igual entre os grupos.

^a. Critério: Intercepto + Itens da Área Cinzenta

Essas duas evidências demonstram que os limites entre estoque, imobilizado e ativos intangíveis, definidos pelo IASB, não são claros e não são suficientes para classificar os ativos da área cinzenta (casos 10, 11 e 12).

Para testar H_2 , realizamos o teste de variância ANOVA para comparar as classificações para os três casos de ativos da área cinzenta entre sujeitos com incentivo para contabilidade agressiva e sujeitos com incentivo para contabilidade conservadora (tabela 3). Embora as médias das classificações sejam mais baixas para os sujeitos com incentivo à contabilidade agressiva, do que para os sujeitos com incentivo à contabilidade conservadora, as diferenças não são estaticamente significantes. Baseado na literatura revisada, esperamos que a vaguidade dos padrões contábeis abra espaço para justificativas de práticas contábeis agressivas em consonância com os incentivos dos profissionais da contabilidade.

TABELA 3

Estatística Descritiva					ANOVA			
		N	Média	Desvio Padrão		Soma dos Quadrados	Média dos Quadrados	F (Sig.)
caso 10	CONSERVADOR	47	3,09	1,64	Entre Grupos ¹	0,17	0,17	0,06 (0,8)
	AGRESSIVO	45	3	1,64	Dentro do Grupo	241,66	2,69	
caso 11	CONSERVADOR	45	3,33	1,64	Entre Grupos ¹	7,45	7,45	2,96 (0,09)
	AGRESSIVO	46	2,76	1,54	Dentro do Grupo	224,37	2,52	
caso 12	CONSERVADOR	47	3,19	1,58	Entre Grupos ¹	2,09	2,09	0,84 (0,36)
	AGRESSIVO	46	2,89	1,58	Dentro do Grupo	227,73	2,5	

¹. Entre Grupos (combinados), ponderados.

Alternativamente, sugerimos que a não rejeição de H_2 , a um nível de significância de 0,05%, pode ser explicada pelo conhecimento prévio que os sujeitos têm de contabilidade. Buscamos controlar esse efeito a partir de três fatores: (i) se o indivíduo tem graduação em Contabilidade, Administração ou Economia; (ii) se o indivíduo trabalha como elaborador ou auditor ou analista de demonstrações contábeis; e (iii) se o indivíduo trabalha por pelo menos três anos nesta função. Resultados para H_2 na sub-amostra de sujeitos com esse perfil não são diferentes dos resultados apresentados na tabela 3, isso será discutido mais a frente neste artigo.

Para testar H_{3a} , realizamos o teste ANOVA para comparar, entre os indivíduos com incentivo à contabilidade conservadora, a variabilidade de classificações dos três casos de ativos da área cinzenta entre sujeitos que receberam informação detalhada (descrição analítica) sobre substância econômica dos 12 casos em relação aos sujeitos que não receberam informação detalhada (descrição sintética). Os desvios padrão das classificações não são mais baixos para indivíduos que têm acesso à informação analítica (exceto caso 10), e as diferenças não são estaticamente significativas, como demonstra o painel A da tabela 4.

Baseado na literatura revisada, esperávamos que a vaguidade dos padrões contábeis pudesse ser atenuada via informação adicional sobre a substância econômica das transações. Alternativamente, sugerimos que a não confirmação de H_{3a} possa ser explicada pelo conhecimento prévio que os sujeitos têm de Contabilidade. Os resultados para H_{3a} , baseados na sub-amostra com formação em contabilidade não diferem daqueles apresentados, exceto pelo fato dos desvios padrão das classificações dos casos 10 e 11 que se tornaram mais baixos para sujeitos que receberam descrição analítica do que daqueles que receberam descrição sintética acerca das substâncias econômicas das transações¹⁹.

¹⁹ Pode ser que isso ocorra porque nossos sujeitos são estudantes de MBA, e o controle do conhecimento prévio de contabilidade não foi suficiente para depurar a bases de dados, mesmo após descartar as respostas inconsistentes (por exemplo, aqueles indivíduos que responderam "Estoque" a um determinado caso na escala dicotômica e responderam "Definitivamente Imobilizado ou definitivamente Ativos Intangíveis" para o mesmo caso na escala de Likert, foram descartados da amostra final, e os que responderam Estoque em casos que estavam a priori claramente relacionados a Imobilizados ou a Ativos Intangíveis, e vice-versa). Das 82 observações descartadas, apenas 9,8% eram de indivíduos que possuem outro diploma de graduação que não em Contabilidade, Administração ou Economia; 56,1% eram de indivíduos que não trabalham como elaborador, auditor nem analista de demonstrações contábeis e 29% eram de indivíduos que possuem menos de três anos de experiência profissional em suas atividades relacionadas à elaboração, auditoria ou análise de demonstrações contábeis.

Para testar H_{3b}, utilizamos a estatística ANOVA para comparar, entre indivíduos com incentivo à contabilidade agressiva, a variância das classificações dos três casos de ativos da área cinzenta entre indivíduos que receberam informação detalhada (descrição analítica) sobre as substâncias econômicas das transações em relação aos sujeitos que não receberam informação detalhada (descrição sintética). Os desvios padrão das classificações não são mais baixos para sujeitos que tinham acesso à informação analítica, e as diferenças das classificações não são estaticamente significativas, como demonstrado no painel B da Tabela 4. Baseando-se na literatura revisada, esperávamos que informações adicionais sobre as substâncias econômicas das transições não atenuariam a vaguidade dos padrões contábeis. Como já era esperado, H_{3b} não foi confirmado.

TABELA 4

Painel A: Teste de H _{3a}					ANOVA			
		Estatística Descritiva						
		N	Média	Desvio Padrão	Soma dos Quadrados	Média dos Quadrados	F (Sig.)	
caso 10	SINTÉTICO	25	3,08	1,78	Entre Grupos ¹	0	0	0,00 (0,98)
	ANALÍTICO	22	3,09	1,51	Dentro do Grupo	123,66	2,75	
caso 11	SINTÉTICO	25	3,4	1,61	Entre Grupos ¹	0,25	0,25	0,09 (0,76)
	ANALÍTICO	20	3,25	1,71	Dentro do Grupo	117,75	2,74	
caso 12	SINTÉTICO	25	3,36	1,41	Entre Grupos ¹	1,52	1,52	0,60 (0,44)
	ANALÍTICO	22	3	1,77	Dentro do Grupo	113,76	2,53	

Painel B: Teste de H _{3b}					ANOVA			
		Estatística Descritiva						
		N	Média	Desvio Padrão	Soma dos Quadrados	Média dos Quadrados	F (Sig.)	
caso 10	SINTÉTICO	18	2,78	1,59	Entre Grupos ¹	1,48	1,48	0,55 (0,46)
	ANALÍTICO	27	3,15	1,68	Dentro do Grupo	116,52	2,71	
caso 11	SINTÉTICO	19	2,63	1,5	Entre Grupos ¹	0,54	0,54	0,22 (0,64)
	ANALÍTICO	27	2,85	1,59	Dentro do Grupo	105,83	2,41	
caso 12	SINTÉTICO	19	3,11	1,41	Entre Grupos ¹	1,48	1,48	0,59 (0,45)
	ANALÍTICO	27	2,74	1,7	Dentro do Grupo	110,97	2,52	

¹. Entre Grupos (combinados), ponderados.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já que a liquidez real de um ativo não é observável *ex ante* por todos os agentes que realizam transações com uma firma (agentes externos nem agentes internos), as categorias das contas não antecipam o fluxo de caixa futuro para todas as possíveis contingências, portanto a Estrutura Conceitual recomenda o uso de algumas características dos ativos como aproximações de seu nível de liquidez. Logo, o nível de liquidez é sinalizado aos agentes externos pela classificação adotada (baseada nas características presentes na taxonomia). Nós enfatizamos a existência de vaguidade na classificação da liquidez no lado esquerdo do balanço patrimonial, isto é, apontamos uma área cinzenta. O uso dessas características é influenciado pela área (cinzenta) de sobreposição, pois o poder discriminatório oferecido por estas características é fraco. A estratégia adotada pelos padrões contábeis, concernente ao imobilizado e aos ativos intangíveis, leva a uma representação não adequada do imobilizado destinado à locação, direitos autorais negociáveis e softwares de computador negociáveis (PT

e PTs), uma vez que eles são mais similares ao estoque (FT e FTw) do que aos imobilizados ordinários e ativos intangíveis ordinários (NT).

Nossos testes mostraram que os IAS2, 16 e 38 são vagos sobre a classificação “apropriada” de ativos que são diretamente associados com as atividades operacionais da firma e geram receita diretamente, mas suas capacidades de gerar receita não são restritas a apenas uma única transação. Os sujeitos do experimento apresentaram uma grande variância ao classificar itens como estoque ou como imobilizado/ativo intangível. Porém, contrariando a literatura de contabilidade comportamental e de decisão e julgamento, não identificamos que o incentivo (agressivo vs. conservador) e a descrição de transações (sucinta vs. detalhada) afetam as escolhas contábeis. Para pesquisas futuras, sugerimos a realização dos mesmos experimentos agora com elaboradores e auditores das demonstrações contábeis, para verificar se o incentivo e a descrição de transações realmente não afetam as classificações, ou se foram apenas evidências de que o conhecimento (superficial) básico de finanças e contabilidade da amostra de estudantes da MBA influenciou os resultados.

Por fim, propusemos que as transações relevantes relacionadas a arranjos PT e PTs, deveriam ser divulgadas em nota explicativas às demonstrações financeiras, de modo a permitir que gestores e usuários externos possam identificar a verdadeira condição de liquidez e solvência da firma.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS (AICPA). **Accounting Trends and Techniques: presenting and analyzing financial reporting practices**. 62nd edition. New York, NY: AICPA, 2008.
- _____. **Accounting by Producers and Distributors of Films**. Statement of Position 00-2. New York, NY: AICPA, 2000.
- ANTHONY, R.; REECE, J. S. **Accounting Principles**. 6th edition. Homewood, Illinois: Irwin, 1989.
- BARNES, J. **Medicine, Experience and Logic**, in J Barnes, J Brunschwig, M F Burnyeat & M Schofield (eds.) *Science and Speculation*, Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- BARTH, M. E. Global Financial Reporting: Implications for U.S. Academics. **The Accounting Review**, 83(5), pp. 1159-79, 2008.
- BARZEL, Y. **Economic Analysis of Property Rights**. New York: Cambridge University Press, 175 p, 1989.
- CHOUDHRY, M.; FABOZZI, F. J. Originating Collateralized Debt Obligations for Balance Sheet Management. **The Journal of Structured and Project Finance**, fall, pp. 32-52, 2003.
- CROCKER, K. J.; MASTEN, S. E. Mitigating Contractual Hazards: Unilateral Options and Contract Length. **RAND Journal of Economics**, 19(3), pp. 327-43, 1988.
- CUCCIA, A. D.; HACKENBRACK, K.; NELSON, M. W. The ability of professional standards to mitigate aggressive reporting. *The Accounting Review*, 70(2), pp. 227-48, 1995.
- DEMSETZ, H. A Framework for the Study of Ownership. In **Ownership, Control, and the Firm**. Oxford: Basil Blackwell, 1988.

DOTY, D. H.; GLICK, W. H. Typologies as a Unique Form of Theory Building: Toward improved understanding and modeling. **Academy of Management Review**, 19, pp. 230-51, 1994.

EPSTEIN, B. J.; JERMAKOWICZ, E. K. **IFRS 2007: interpretation and application of International Financial Reporting Standards**. New Jersey: Wiley, 2007.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (FASB). **Qualitative Characteristics of Accounting Information**. Statement of Financial Accounting Concepts N^o. 2. Norwalk, CT: FASB, 1980.

_____. **Financial Reporting by Producers and Distributors of Motion Picture Films**. Statement of Financial Accounting Standards N^o. 53. Norwalk, CT: FASB, 1981.

_____. **Rescission of FASB Statement No. 53 and amendments to FASB Statements No. 63, 89, and 121**. Statement of Financial Accounting Standards N^o. 139. Norwalk, CT: FASB, 2000.

HOPKINS, P. The effect of financial statement classification of hybrid financial instruments on financial analysts' stock price judgments. **Journal of Accounting Research**, 34, supplement, pp. 33-50, 1996.

HRONSKY, J. J. F.; HOUGHTON, K. A. The meaning of a defined accounting concept: regulatory changes and the effect on auditor decision making. **Accounting, Organizations and Society**, 26, pp.123-39, 2001.

HUNTON, J.; MCEWEN, R. An assessment of the relation between analysts' earnings forecast accuracy, motivational incentives and cognitive information search strategy. **The Accounting Review**, 72(4), pp. 497-515, 1997.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB). **Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements**. London, UK: IASB, 2001.

_____. **Inventories**. IAS 2, 2004a.

_____. **Property, Plant and Equipment**. IAS 16,2004b.

_____. **Intangible Assets**. IAS 38,2004c.

_____. **Non-current Assets Held for Sale and Discontinued Operations**. IAS 5,2004d.

_____. **Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease**. Standing Interpretations Committee Interpretation 27, 2004e.

_____. **Determining whether an Arrangement Contains a Lease**. IFRIC 4, 2004f.

_____. **Presentation of Financial Statements**. IAS.1, 2005a.

_____. **Leases**. IAS 17, 2005b.

JOSKOW, P. L. Vertical Integration and Long-Term Contracts: The case of Coal Burning Electric Plants, **Journal of Law, Economics and Organization**, 80, pp. 33-80, 1985.

KEEFE, R. Vagueness by Numbers. **Mind**, 107(427), pp. 565-79, 1998.

_____. Vagueness without Context Change. **Mind**, 107(462), pp. 275-92, 2007.

- KIESO, D. E.; WEYGANDT, J. J.; WARFIELD, T. D. **Intermediate Accounting**. 11th edition. New Jersey: Wiley, 2005.
- LIBBY, R.; BLOOMFIELD, R.; NELSON, M. Experimental research in financial accounting. **Accounting, Organizations and Society**, 27, 775–810, 2002.
- MAINES, L.; WAHLEN, J. The nature of accounting information reliability: inferences from archival and experimental research. **Accounting Horizons**, 30(4), pp. 399-425, 2006.
- MEYER, A. D.; TSUI A. S.; HININGS, C. R. Configurational Approaches to Organizational Analysis. **Academy of Management Journal**, 36, pp. 1175-95, 1993.
- MILLER, D. Notes on the Study of Configurations. **Management International Review**, 39 (special issue), pp. 27-39, 1999.
- PENNO, M. C. Rules and Accounting: vagueness in conceptual frameworks. **Accounting Horizons**, 22, pp. 339-51, 2008.
- PSAROS, J. Do principles-based accounting standards lead to biased financial reporting? An Australian experiment. **Accounting and Finance**, 47, pp.527-50, 2007.
- SUNDER, S. Economics of Fair Value. **Accounting Horizons**. 22(1), pp. 111-25, 2008.
- WYATT, A. Accounting Recognition of Intangible Assets: theory and evidence on economic determinants. **The Accounting Review**. 80(3), pp. 967-1003, 2005.
- WILLIAMSON, T. Précis of Vagueness. **Philosophy and Phenomenological Research**, 57(4), p.921-8, 1997.
- _____. Schiffer on the Epistemic Theory of Vagueness. **Noûs**, 33 (supplement: Philosophical Perspectives, 13, Epistemology), pp. 505-17, 1999a.
- _____. On the Structure of Higher-Order Vagueness. **Mind**, 108 (429), pp. 127-43, 1999b.
- ZADEH, L. Fuzzy Sets. **Information and Control**, 8, pp. 338-53, 1965.
- ZEBDA, A. The Problem of Ambiguity and Vagueness in Accounting. **Behavioral Research in Accounting**, 3, pp. 117-45, 1991.